

## DA TRAÇA DE TERZI AO PLANO AGUIAR: QUATRO SÉCULOS DE ESTRATÉGIA URBANA

Isabel Pratas Sousa de Macedo

Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa; FCT. Arquiteta

isabelsmacedo@gmail.com

Inês Gato de Pinho

IST, Universidade de Lisboa; Membro colaborador CLEPUL/UL. Arquiteta

inesgatodepinho@tecnico.ulisboa.pt

### Resumo

O traçado urbano que hoje conhecemos da cidade de Setúbal resulta de uma complexa - e ainda pouco estudada - sobreposição de intervenções que se processaram desde, pelo menos, o século XIII, não se observando, contudo, significativas rupturas na unidade da sua estrutura urbana medieval. A evolução deste núcleo, em termos da sua morfologia, não pode ser dissociada do seu sistema socioeconómico - expandindo-se sempre ao longo da frente ribeirinha, e desta para o seu interior - nem tão pouco das necessidades defensivas que fundamentaram as estratégias de construção de estruturas fortificadas, no século XIV e, mais tarde, no século XVII, as quais condicionaram o crescimento urbano.

Alguns investigadores têm recorrido ao uso da cartografia desta região para contextualizar e ilustrar os seus estudos, sendo raros os casos em que se faz uma análise do documento gráfico como objecto de estudo. Assim, ao longo dos últimos anos e através de diversas publicações, foi possível coligir a cartografia relativa a Setúbal e até traçar períodos cronológicos isolados do crescimento urbano, baseados nessa análise, mas urge agora sistematizar as representações de todas as épocas e procurar entender as estratégias de desenvolvimento implícitas em cada uma.

É esta historiografia de decisões estratégicas sobre Setúbal ao longo de quase quatro séculos e das consequentes transformações urbanísticas, melhor ou pior expressas na produção cartográfica coligida, que não se encontra feita, e que, como tal, na perspetiva de contributo para o conhecimento da história local, nos propomos analisar e difundir.

**Palavras-chave:** Setúbal, estratégia urbana, fortificações militares.

### Abstract

The urban layout we know today results from a complex – and still little studied – superimposition of interventions which have been developing from at least as early as the 13th century, but which do not seem to signify major disruptions in the unity of its medieval urban structure. The evolution of this centre, in terms of its morphology, cannot be disassociated from its socioeconomic system, constantly expanding along the riverfront, and from there into its interior, nor from its defensive needs, that justified the construction strategies used in the fortifications built in the fourteenth century and later in the seventeenth century, which conditioned the urban growth.

Some researchers have used maps and charts of this region to contextualise and illustrate their studies, but cases in which the graphic document are analysed as an object of study are rare. So, over the years and through various publications, it was possible to collect the various maps relating to Setúbal, and to trace chronological and isolated periods from its urban growth, based on this analysis, but it is urgent now to systematize all this representations and try to understand the urban, military or built strategies implicit in each one of them.

It is this history of strategic decisions about Setubal over almost four centuries and the consequent urban transformations that actually occurred, better or worse expressed in this cartographic production collected, that we propose to analyse and disseminate.

### 1. Aspectos sucintos da vila medieval e sua origem

Os conhecimentos atuais sobre o território de Setúbal permitem afirmar que este terá tido o seu primeiro povoado estável na transição do Bronze Final para a Idade do Ferro, mais precisamente na zona da colina de Santa Maria (TAVARES DA SILVA et al., 2010). É também neste local, numa delimitação de pouco mais

de 5 hectares, que se terá localizado, mais tarde, a zona administrativa, comercial e residencial de *Caetóbriga*, cidade romana cuja implantação só muito recentemente, na década de 50 do século XX, se veio a confirmar ser em Setúbal.

O território de *Caetóbriga* seria muito distinto da Setúbal de hoje, sendo que grande parte da atual zona baixa se encontraria então ocupada por um amplo esteiro, correspondente ao grande delta da Ribeira do Livramento, hoje totalmente encanada. Na base da referida colina de Santa Maria concentrava-se a atividade industrial de *Caetóbriga*: a salga de peixe e a produção de preparados piscícolas, e ainda a olaria de ânforas. Este complexo urbano-industrial terá funcionado em simultâneo e provavelmente em complementaridade com o núcleo hoje conhecido de Tróia, estimando-se que este conjunto tenha atingido uma considerável capacidade produtiva sobretudo a partir do século II.

A concentração das estruturas residenciais e comerciais na colina de Santa Maria é hoje dada como segura em virtude de algumas escavações já realizadas, e pese embora a pouca informação ainda disponível, podemos ter já a noção de que o traçado urbano não possuía correspondência com a malha medieval que sobreveio até aos nossos tempos. Uma explicação lógica assenta no facto de se saber que a linha de costa teria uma inclinação ligeiramente diferente, condicionando, por sua vez, a orientação dos arruamentos que já então, como hoje, procuravam a ortogonalidade em relação ao rio.

A ocupação árabe está igualmente confirmada nesta região, mas as fontes que a atestam são, ainda hoje, insuficientes para qualquer dissertação sobre este período. Muito provavelmente, considerando que o protagonismo dessa época é ocupado por Alcácer do Sal, Palmela ou Sesimbra, Setúbal seria então um aglomerado com pouca importância do ponto de vista político, administrativo e militar, ainda que economicamente interessante (COSTA, 2011). Após a reconquista, só no século XIII, Setúbal vê reconhecida a sua autonomia administrativa expressa no foral concedido pela Ordem de Santiago (donatária desta região), a par com uma crescente prosperidade económica e social.

Contagiado por uma política, que abrangia toda a Europa, de delimitação dos núcleos urbanos para um maior controlo, por parte da Coroa, dos seus direitos jurisdicionais e fiscais, a par da óbvia necessidade de defesa, D. Afonso IV manda construir uma muralha em Setúbal, a qual só se vê concluída já no reinado de D. Pedro I. A obra terá sido financiada, em parte, pela própria população através de um imposto concebido especialmente para o efeito, situação que se vem a repetir várias vezes ao longo da história deste território, no que à construção de obras públicas concerne.

Construída em brecha da Arrábida (a famosa rocha avermelhada característica desta região), esta primeira linha de muralha, com um perímetro de cerca de 12 hectares, delimitava uma área de configuração aproximadamente retangular, com o maior eixo na direção E-W, paralelo à margem do rio Sado, e com o dobro do comprimento do eixo transversal, N-S, situação que evidencia a estreita dependência da povoação relativamente ao estuário. A delimitação da muralha medieval encontra-se praticamente toda justificada pelos próprios acidentes naturais do território: a norte e a poente pela Ribeira do Livramento, a sul pela praia e o rio, e a nascente pela acentuada ravina que a separava da planura de Palhais.

De acordo com as descrições paroquiais de 1758, a muralha teria:

...quatorze até quinze palmos de grosso com vinte torreões em desigual distância, huns de forma quadrada, outros de quadratos oblongos e dous em figura hexagona: hum chamado da Homenagem no Portão da Ribeira, e outro na esquina do convento antigo dos Carmelitas descalsos. Este muro tem diferentes portas e postigos, a saber da parte do Norte a porta ou postigo de Santa Catharina; o postigo do Buraco da Agoa; a porta de Évora, onde em hum torreão está o armazém da polvora; o postigo de Santo António. Da parte do Oriente o postigo de São Jorge, e a porta de São Sebastião. Da parte do Sul o postigo da Moura Encantada, o postigo do Caes, o postigo do Carvão, o postigo das Farinhas, o postigo de João Gallo, o postigo da Alfandega, o postigo dos Engeitados, o postigo de Frei Gaspar, o postigo da Pedra, o postigo de São Christovam, o postigo do Portão da Ribeira e o postigo das Lobas. Da parte do Ocidente a Porta Nova. (CLARO, 2011, p. 77-78)

O crescimento do núcleo urbano, demasiado condicionado pela apertada cintura de muralhas acaba por originar a demolição de muitos dos seus troços ao longo do tempo, bem como o alargamento de alguns postigos.

Numa gravura de 1668, de Pier Maria Baldi, é possível observar que parte da frente sul da muralha medieval se encontrava já ocupada por casas que àquela se haviam adossado, sobretudo entre o postigo do Caes e o postigo de João Galo (Fig.1).

Várias novas aberturas foram sendo feitas ao longo da sua história, enquanto outras foram sofrendo alterações. Na segunda metade do século XIX a Câmara Municipal procede à demolição da parte superior dos arcos das principais portas da muralha, com o intuito de melhorar não só a circulação nas respetivas ruas, mas também como forma de assegurar um maior arejamento e iluminação das mesmas.

A evolução deste núcleo, em termos da sua morfologia urbana, não pode ser dissociada do seu sistema socioeconómico, expandindo-se sempre ao longo da frente ribeirinha, e desta para o seu interior, caracterizando-se por uma malha relativamente regular, ortogonal, em que as principais vias se desenvolvem longitudinalmente, no sentido Nascente/Poente. A morfologia da malha medieval, espartilhada pelo apertado perímetro amuralhado do século XIV, respeitava este princípio, caracteristicamente mediterrânico, ainda que com uma estrutura urbana binuclear – em torno de dois templos religiosos -, e alguns quarteirões mais orgânicos, como a mouraria ou a judiaria (Fig.2).

Face à impossibilidade de expansão pelo constrangimento da muralha e aos elevados índices de ocupação, a estrutura fundiária medieval é baseada na tradicional métrica do “chão”, muito aproximada à dimensão dos 30 palmos de frente (cerca de 6 a 7 metros), com uma profundidade variável, mas próxima dos 60 palmos (entre 12 a 14 metros).

O desenvolvimento económico acentuado, baseado nas atividades piscatórias e na exploração e comércio de sal, proporciona uma expansão contínua da vila, que, naturalmente, se desenvolve no exterior das muralhas, mais precisamente para nascente e para poente, sempre com estreita ligação ao rio e suas atividades. Nestas zonas de expansão que, no final do século XVII, são rodeadas pela segunda cintura de muralhas, a estrutura fundiária é geralmente mais generosa, mas igualmente constituída por parcelas de frente reduzida, sobretudo no núcleo existente a poente, correspondente ao bairro piscatório de Troino.

## 2. Setúbal subjugada: o período filipino

Uma das mais antigas representações da *Vila de Setúbal* data do século XVI e encontra-se incluída numa coletânea, organizada pelo escrivão da fazenda Luís de Figueiredo Falcão, e, conforme consta de uma dedicatória na respetiva portada, oferecida pelo franciscano Frei Luís da Natividade (sobrinho daquele) a D. João IV, aparentemente num esforço de contribuir para a salvaguarda da independência então restaurada<sup>1</sup>. Parece tratar-se do resultado de uma incumbência atribuída ao florentino Alexandre Massai, engenheiro ao serviço da coroa, de proceder a uma investigação oficial e produzir os respetivos pareceres, sobre as “...obras e fortalezas E calheta de Sines E do Reino do Algárue...”, no ano de 1617. Estes pareceres constituíam descrições sobre a história e geografia dos locais visitados, o estado das suas fortificações, nomeadamente as obras que entendia que deviam vir a ser feitas para beneficiar a sua eficácia defensiva, as guarnições e artilharia existentes, entre outros assuntos. Foram ainda acrescentadas plantas ou outros desenhos, esclarecedores das apreciações feitas (QUARESMA, 2007, p. 26).

Esta coletânea incorpora ainda desenhos e pareceres da autoria de outros engenheiros, como Filipe Terzi ou Giacomo Fratino – ambos engenheiros militares ao serviço de Filipe II, a quem se atribui a *Planta da Villa e Porto de Setúbal* aqui representada.

A legenda que acompanha a planta (Fig.3), aparentemente da autoria do compilador, demonstra-nos que, em termos estratégicos, a mesma persegue claramente o objetivo do estudo das defesas da barra do Sado no sentido de definir a melhor localização para a construção de uma nova fortaleza (PEREIRA, 1988), a qual acabou por ser erigida estrategicamente em posição sobranceira à própria vila. Aliás, a referencia, na

---

<sup>1</sup> Esta coletânea foi adquirida, em 1977, pela Casa Cadaval, sendo conhecida atualmente por Códice Cadaval, n.º29, à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tendo tomado o título de *DESCRIÇÃO E PLANTAS DA COSTA, DOS CASTELLOS E FORTALEZAS, DESDE O REINO DO ALGARVE ATÉ CASCAIS, DA ILHA TERCEIRA, DA PRAÇA DE MAZAGÃO, DA ILHA DE SANTA HELENA, DA FORTALEZA DA PONTA DO PALMAR NA ENTRADA DO RIO DE GOA, DA CIDADE DE ARGEL E DE LARACHE. 1607 A 1617. PT/TTICCDVI29.*

legenda, ao *forte de São Felipe* é fundamental para a própria datação da planta, uma vez que, no momento da sua execução, a estrutura militar não se encontrava ainda erigida, mas apenas planeada.<sup>2</sup>

Efetivamente, recorde-se que Setúbal havia resistido às tentativas persuasivas do Duque de Alba para uma rendição pacífica, tendo sido necessário forçar a entrada pelas portas da muralha medieval da vila. Ainda que a coroa espanhola pudesse contar com o apoio das elites portuguesas, o mesmo não se passava com as classes populares, sobretudo no que se refere a Setúbal, que havia visto a sua economia local baseada no comércio de sal (sobretudo com a Holanda) diretamente afetada pelo domínio espanhol.

Filipe II reconheceu, assim, a necessidade de reforçar não só o sistema de defesa costeira já existente (para fazer face às ameaças dos seus inimigos europeus) mas, sobretudo, de impor a sua autoridade sobre a própria população. Sob o ponto de vista militar, a localização que acabou por vir a ser escolhida para implantar a fortaleza de S. Filipe – no topo de um monte sobranceiro à vila, não apresentava quaisquer vantagens para a defesa da costa, pela distância que apresentava a esta. Porém, essa implantação permitia à fortaleza dominar a cidade, a qual se encontrava totalmente ao alcance dos seus canhões, constituindo-se como um eficaz meio dissuasor de qualquer tentativa de rebelião da população setubalense. “S. Filipe é claramente hostil para com a população local e nenhuma tentativa é feita para esconder tal facto.” (PORTOCARRERO, 2003, p. 49-50).

Da análise desta planta pode ainda concluir-se que, no final do XVI, há muito que a vila havia extravasado os seus limites amuralhados. A poente, o arrabalde de Troino, com a sua geometria urbana completamente ortogonal, já tinha deixado menos “ermo” o convento franciscano feminino, que havia sido construído a norte da urbe medieval, sob os preceitos da clausura, um século antes. A nascente, pese embora com uma expressão ainda tímida, dada a forma como a morfologia do território afetava a implantação dos edifícios, o arrabalde de Palhais/Fontainhas é já perfeitamente reconhecível.

Reforçando o caráter de estratégia militar que parece sustentar a elaboração desta planta, através da informação que pretende disponibilizar, pode ainda assinalar-se a minúcia com que a muralha afonsina aparece representada, com as respetivas portas e postigos e os seus torreões, os caminhos de acesso à vila e as barreiras defensivas naturais, sejam as topográficas ou as resultantes da presença de linhas de água. O traçado do aqueduto, privilégio concedido à vila por D. João II em 1487, também não é esquecido, sendo claramente representado o seu traçado principal e secundário.

### 3. Setúbal libertada: a Restauração, a muralha seiscentista e os novos limites urbanos

A estrutura defensiva concebida para a Villa de Setúbal, em meados do século XVII, integra-se no âmbito do quadro de estratégia nacional de defesa levado a cabo após a restauração da independência. Não só foi cuidadosamente planeada a defesa da fronteira terrestre, extremamente vulnerável, mas também a linha costeira, nos locais onde a investida espanhola era possível ou esperada, viu a sua estrutura defensiva fortemente reforçada e reorganizada.

Setúbal, um dos portos do Reino e centro de produção de sal, foi alvo de especiais cuidados defensivos, considerando a sua relevância para a logística de guerra e para a própria defesa de Lisboa.

Abandonado o sistema construtivo medieval, o novo sistema de defesa – abaluartado - responde já aos novos preceitos “modernos” desenvolvidos em Itália, França ou Holanda. Perímetros abaluartados, reforçados muitas vezes por “obras exteriores”, ergueram-se ao longo da raia e de todos os mais importantes locais costeiros, devidamente guarnecidos por corpos de tropas, garantindo, assim, a defesa nacional face aos ataques espanhóis.

Para dar cumprimento a tão exigente programa, D. João IV manda buscar precisamente a França e Holanda os especialistas necessários. Por esta altura, vêm a Portugal alguns dos mais credenciados engenheiros militares estrangeiros, a maioria dos quais, juntamente com alguns portugueses, intervêm na concepção e construção da nova fortificação sadina: o matemático francês e engenheiro João Gilot, o jesuíta holandês e mestre matemático João Cosmander (Jan Ciermans), o engenheiro francês Nicolau de Langres, o padre

---

<sup>2</sup> A legenda, claramente posterior à própria planta a que se refere indica em *N*, *Neste sítio se propunha fazer o forte de São Felipe que depois se fez onde ao presente está.*

jesuíta Simão Falónio (professor no Colégio de Santo Antão), Luís Serrão Pimentel, Mateus do Couto e João Rodrigues Mouro são alguns dos nomes documentados (QUARESMA, 2010).

Não que os princípios da ciência da fortificação não fossem ensinados em Portugal antes de 1640. Na Aula do Paço ou Lição dos Moços Fidalgos, criada em 1562, onde leccionou António Rodrigues (Mestre das Fortificações do reino a partir de 1579) foram certamente ministradas matérias ligadas à arquitetura, para além da matemática. Em 1594, já existia a Aula do Risco, data em que foi nomeado professor o então Mestre das Obras Reais Filipe Terzi. No colégio jesuíta de Santo Antão já existia a "Aula da Esfera" desde 1590, onde se ensinavam matérias como a matemática e a geometria, com tónica especial para a náutica e a cosmografia. Tanto Cosmader como Simão Falónio foram Mestres na Aula da Esfera (CARITA, 2013). No entanto, os franceses e sobretudo os holandeses haviam desenvolvido sistemas de fortificação mais sofisticados, compostos por elementos de construção militar que exigiam conhecimentos mais vastos e profundos e encontravam-se indiscutivelmente na dianteira do conhecimento técnico. Por outro lado, a dimensão da tarefa que se lhes apresentava e a sua urgência não era compatível com a mobilização de engenheiros militares portugueses suficientes.

O engenheiro militar João Gilot terá sido dos primeiros a estar em Setúbal, logo em 1641, provavelmente em simultâneo com o padre jesuíta João Cosmader. Da sua análise às poucas estruturas fortificadas construídas à época em Setúbal, como as Fortalezas de S. Filipe ou do Outão, terá considerado frágil e insuficiente a defesa da vila, sobretudo por mar, à mercê da ameaça espanhola, aconselhando à construção imediata de uma fortificação que incluísse toda a vila, constituída por cortinas e uma série de baluartes, cujas localizações propõe numa memória que acompanha a planta que terá esboçado para a mesma.<sup>3</sup> A construção efetiva da estrutura amuralhada não veio a diferir muito da proposta.

Sobre o baluarte de Nossa Senhora da Conceição, que viria a ser o mais importante na frente costeira da muralha - inexistente na época, e onde aparentemente se localizaria um pequeno cais – tece as seguintes considerações:

Toda a praya se fortificara so cum dentes ou francos de duzentos palmos cada hum tirado a parte aonde se ha de fazer o caeys que ha de ter a forma dhum baluarte cum francos muy compridos tudo como se pode ver na pranta esta obra do caeys sera de grandíssima utilidade assy pera defensa e seguransa do porto e essa banda da villa commo pera servintia della.

A planta atribuída a João Gilot (Fig.4) mostra um traçado de muralhas e baluartes ainda não definitivo e bastante incompleto. Nem o baluarte da Conceição, que veio a ser construído no local do principal (ainda que acanhado) cais da vila, se encontra gizado. A linha de muralhas que se vem a construir ao longo dos anos seguintes englobou não só a vila amuralhada medieval, como também os arrabaldes de Troino, a poente, e Palhais, a nascente. A vila ganha nova dimensão e fisionomia, ajustando-se ao crescimento urbano que vinha conhecendo sobretudo desde o século XV. À semelhança do que já havia acontecido com a construção da muralha medieval, no século XIV, a muralha seiscentista veio também a ser custeada pelo esforço da população sadina, imbuída de forte espírito nacionalista, através da constituição de impostos específicos.

Em Agosto de 1642 o Governo ordenava ao padre jesuíta e fluente matemático João Cosmader que passasse a estudar o estado das fortificações de Setúbal e se encarregasse do plano das respetivas obras "provendo a defeza e reparo das fortalezas". Inicialmente Cosmader tem a intenção de fazer derrubar a Torre do Outão, mas, impedido pelo Governo, que não autorizou, acabou por mandá-la reparar.<sup>4</sup> Não obstante este episódio, por decreto de 31 de Dezembro de 1644, ordenou-se que a Cosmader se passasse a patente de Coronel, com a expressa menção de estima em que Sua Majestade tinha a sua pessoa.

Mais tarde foi preso pelo Governo Espanhol que o aliciou a mudar de causa. Em 1648, traindo Portugal, foi morto numa incursão fracassada à praça de Olivença, junto à muralha que ele próprio havia reparado e fortificado.

<sup>3</sup> *Códice CXII, 2-7*. Biblioteca Pública de Évora.

<sup>4</sup> Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, 12/435/pt.14/5

Nicolau de Langres, engenheiro ordinário do rei de França, apresentou-se ao embaixador português naquele país, o Conde da Vidigueira, como “engenheiro de reputação” em Março de 1644 (MATTOS, 1941), assinando contrato para vir servir a Portugal por três anos. Inicialmente, El-Rei tê-lo-á mandado para o Alentejo, para trabalhar sob as ordens de Cosmader, mas sabe-se que esteve em Setúbal em 1650, para analisar as condições de defesa da sua praça. Será desta altura a planta de Setúbal que consta da coleção de desenhos que fez e compilou (Fig.5), e que se encontram atualmente na Biblioteca Nacional de Portugal<sup>5</sup>. Este livro terá sido feito já com o objetivo de ajudar Castela, pois em 1660 também Langres se passou para o serviço de Espanha, a troco de melhores condições e pagamentos.

Em 1648, um jovem oliventino, de nome João Rodrigues (abrev. Roiz) Mouro, começou a trabalhar com o posto de ajudante nas obras de construção da fortificação da sua terra natal. Discípulo de Gilot naquela obra, que o terá introduzido no conhecimento das matemáticas aplicadas à construção de fortificações, Mouro faz a sua aprendizagem técnica em ambiente de grande atividade e de discussão teórico-prática.

A partir de 1653, com cerca de 35 anos de idade, Mouro vem residir para Setúbal, onde continua a trabalhar como ajudante nas várias obras da fortificação da vila que se encontravam em curso. Relativamente a Olivença, onde a condição fronteiriça lhe trazia uma pressão castelhana constante, Setúbal seria certamente mais atrativa para se viver, ao que se lhe acrescia as suas agradáveis condições naturais. Dez anos depois, já com plenas responsabilidades na construção da muralha sadina, é-lhe solicitada a avaliação do estado das obras (QUARESMA, 2010). Deste pedido resulta a planta da praça de Setúbal que se encontra incluída no códice 28 da Casa Cadaval (ANTT), assinada por Mouro (Fig.6). A informação que nos fornece é fundamental para a construção da história urbana da cidade, na medida em que nos permite não só datar com alguma precisão temporal o percurso da estrutura amuralhada, como entender a importância estratégica que tinha a defesa de Setúbal, pela dimensão e complexidade do projeto total que se pretendia vir a edificar, mas que, face ao percurso das relações entre Portugal e Espanha, deixou de se entender necessário, não tendo passado do papel. Referimo-nos nomeadamente à obras externas (observe-se a plataforma planeada para a zona nascente da praça), cuja maioria não chegou a ser construída.

Em 1664 foi destacado para Sesimbra, para organizar a defesa daquela vila, pressionada pela esquadra espanhola e, em 1666, em virtude de Mateus do Couto se ter deslocado para a corte, ascende ao posto de sargento-mor com a responsabilidade da praça de Setúbal e suas dependências, trabalhando ativamente na sua construção ao longo dos anos seguintes.

Pela documentação disponível, conclui-se que o Baluarte de Nossa Senhora da Conceição terá sido uma das primeiras obras a executar, pois em, 1668, na descrição da viagem que Cosme de Médicis, herdeiro do Gran Ducado da Toscana, feita pictoricamente pela mão do pintor Pier Maria Baldi, que o acompanhava, esta é a única obra visível de toda a fortificação (Fig.1).

Neste cenário de intensa produção construtiva, desenvolve-se também em Portugal a “Aula da Fortificação” (iniciada em 1647), destinada a formar novos engenheiros nacionais. Desta escola, localizada na Ribeira das Naus, em Lisboa, salienta-se um nome, que também vem a ter intervenção na empreitada de Setúbal: o cosmógrafo e engenheiro Luís Serrão Pimentel.

Segundo os seus escritos, terá sido ele o autor dos traços (ou apenas de alterações) do Forte de São Luís Gonzaga, do Fortim de Brancanes e das obras exteriores do Castelo de São Filipe, bem como de outras alterações ao traçado da muralha, referindo-se ainda a João Roiz Mouro como seu ajudante.

Cô estas obras ficará a Villa de Setuval mais segura que com a Fortificação grande que se lhe fez. A razão não convem apontar aqui. Ser bom que se obrem as que ficarão desenhadas, & dellas inteirado hum Engenheiro daquela Praça que me assistia por Ajudante; fechandose também pella marinha com o desenho q fiz

---

<sup>5</sup> LANGRES, Nicolau de, *Desenhos e Plantas de todas as Praças do Reyno de Portugal pello Tenente General Nicolao de Langres francez que serviu na guerra da aclamação* [manuscrito], 1661. BNP: <http://purl.pt/15387>

melhor ordenado com hum Baluarte em correspondência do cães, do que outro que se havia feito em planta.<sup>6</sup>

Este é, seguramente, um dos períodos mais interessantes da História da Construção em Portugal, patrocinado por uma empresa construtiva sistemática e monumental como foram as obras de defesa pós-restauração por todo o país, revelando os mais avançados conhecimentos da "fortificação moderna".

Nos vários projetos conhecidos para a fortificação de Setúbal, constata-se que se pretende claramente abarcar toda a vila, incluindo no seu interior não só o aglomerado espartilhado pela obsoleta muralha medieval, mas também os dois arrabaldes que ao longo do tempo se haviam desenvolvido a nascente e a poente daquela.

Terá sido consideravelmente longo o período em que decorreram as obras da sua construção – mais de 60 anos depois de começada não estaria ainda terminada (QUARESMA, 2010) - a qual beneficiou, como tem sido apanágio desta povoação, de financiamento pela população local, nomeadamente através de contribuições fiscais.

Terão também sido vários os intervenientes na sua concepção, com opiniões e princípios muitas vezes contraditórios, razão pela qual as várias plantas conhecidas apresentam várias diferenças relativamente a obras ainda em projeto.

Na planta de Gilot, de 1642, a mais precoce em termos do projeto da fortificação, encontram-se várias alternativas. Na planta desenhada por Nicolau de Langres, ainda que sumária, os baluartes do lado do rio não se encontram resolvidos, e na planta de Ambrósio Borsano (Fig.7), contida no conjunto de mapas existente no Arquivo Militar de Estocolmo, de 1663, apenas consta o Baluarte da Conceição, indicando que, porventura esta altura os outros baluartes do lado do rio não se encontrariam ainda construídos.

Ainda que muitas vezes referida como sendo uma fortificação "à holandesa", é admissível que o resultado final tenha integrado uma multiplicidade de influências e de soluções, como se pode ver pela diversidade de baluartes, no que se refere a ângulos de extensão e forma dos flancos (QUARESMA, 2010), razão pela qual a fortificação sadina se constitui como um valioso exemplar de arquitetura militar.

Constava a nova fortificação de «*onze baluartes inteiros e dois meios baluartes*», os quais foram todos construídos. Em 1680, a maioria dos baluartes estariam concluídos mas várias obras exteriores nunca chegaram a ser construídas. Sete anos mais tarde, Mouro continua a queixar-se que a fortificação de Setúbal estava "*parada e com poucas esperanças de se continuar pela grande diminuição da sua consignaçon*".

Urbanisticamente, não é possível retirar grandes ilações das cartas referidas, uma vez que têm uma vocação quase exclusivamente militar. Contudo, atentando às representações que são feitas da vila no início do século XIX, e sobre as quais nos debruçaremos em seguida, facilmente se conclui que a vila terá passado um período de relativa estabilidade no que concerne à expansão da sua malha urbana, mantendo-a, sem pressões, confinada aos limites da muralha seiscentista. É verdade que esta cintura foi construída prevendo extensos espaços livres, ainda rurais, não só a norte como a poente, sendo que a sul, a praia se constituía como um limite natural.

#### **4. Setúbal iluminista: o terramoto de 1755, as reconstruções e a planta de Diogo Correia da Motta**

O domínio filipino foi especialmente ingrato para a população de Setúbal, tendo deixado como pesada herança, a degradação das relações diplomáticas e comerciais com outras nações, nomeadamente os Países Baixos, a quem, desde tempos imemoriais, fornecíamos um precioso bem: o sal. A partir de 1590 Filipe II proibiu a exportação para os principais países compradores do sal português, como arma política contra os países inimigos, em especial a Holanda. Após a restauração, foram necessários quase trinta anos de negociações entre os diplomatas portugueses e holandeses visando um tratado de paz definitivo (1669), no qual ficou acordado que Portugal pagaria uma indemnização à Holanda de um milhão de libras,

---

<sup>6</sup> *Methodo lusitanico de desenhar as fortificaçoens das Praças Regulares & Irregulares, fortes de campanha e outras obras pertencentes a architectura militar*. Luís Serrão Pimentel. 1680.

traduzida em sal da vila de Setúbal, acrescida de meio milhão de libras por ano do mesmo sal, durante um período de dez anos. Tal pagamento obrigou a um intenso movimento de embarcações holandesas no porto de Setúbal para carregamento do sal durante mais de duas décadas, pelo que, a vila beneficiou não só do ponto de vista das mais valias financeiras e fiscais (traduzida sobretudo em taxas portuárias) como também da diversidade que esta dinâmica trouxe às atividades económicas e mesmo à arquitetura da cidade. Um estudo mais profundo tem vindo a identificar possíveis influências flamengas nas fachadas de vários edifícios ainda hoje existentes no centro mais antigo da cidade (MACEDO, 2011)<sup>7</sup>.

Assim, fácil será deduzir que, na primeira metade do século XVIII, Setúbal tenha experimentado um ambiente de franco crescimento económico e cosmopolitismo, acompanhado de um desenvolvimento urbanístico moderado, como é possível observar na cartografia produzida no início do século XIX, que oportunamente analisaremos. Muito lentamente, aos espaços desocupados intramuralhas vai sendo atribuída uma nova função, terminadas as imposições defensivas, como é o caso do baluarte de S. Domingos, onde, em 1703, a coroa autoriza a construção de um cemitério, visando uma alternativa aos enterramentos no adro da igreja do convento dominicano que ali se implantava.

No mesmo ano é doado à Companhia de Jesus um terreno contíguo ao colégio que esta havia construído a partir de 1655 junto ao limite exterior nascente da muralha medieval, permitindo a expansão do que, sabemos hoje, veio a ser um complexo de dimensões e presença urbanas consideráveis (PINHO, 2013). O núcleo de Palhais, onde este se localizava, apresentava algumas características particulares, com uma malha centralizada na já inexistente ermida de S. Sebastião. Este arrabalde desenvolveu-se como um núcleo dependente do aglomerado inicial da vila, mas a existência de uma acentuada ravina garantia-lhe a sua autonomia física. Com o crescimento do arrabalde de Palhais, ao qual se liga a zona piscatória das Fontainhas, e a crescente afluência de fregueses à paroquial, foi necessário colmatar as dificuldades de acesso, criando-se a ponte que, ainda hoje, une as duas malhas urbanas, levando à abertura de mais uma porta na muralha medieval – a porta de S. Sebastião (PINHO, 2013).

O terramoto de 1755 veio trazer uma dramática viragem no ameno percurso urbanístico que a vila vinha desenvolvendo, tendo-se registado uma considerável destruição, não só de grande parte dos edifícios domésticos, como principalmente dos grandes edifícios religiosos. As informações paroquiais de 1758 são bastante expressivas da dimensão do cataclismo, ao referir que

“padeceu geralmente toda esta terra huma grande ruina porque ruas inteiras vierão os edifícios a terra, e naqueles que se conservarão em pé ficarão sempre muito ofendidos, que percizirão serem renovados, e o maior estrago que ouve foi nos Templos, e alguns Conventos (...)” (CLARO, 2011, p. 33–34)

Todos os párocos das freguesias inquiridas são unânimes: considerável ruína, fosse pelo sismo, ou pelo incêndio que lhe sucedeu. Importantes ruas centrais, onde se concentravam mesteres (caldeireiros, canastras), foram quase totalmente destruídas pelo fogo.

A muralha seiscentista “padeceu algumas fendas, rachas, ou leves aberturas pela parte do Norte (...) Mas a sua maior ruína foi pela parte do Sul, donde a inundação impetuosa do mar (...) a arrasou quase totalmente”.

Na Fortaleza ou Baluarte do Caiz (...) levou o mar todo o flanco da parte do Occidente (...) toda a Curtina entre este Baluarte e o de N. Snr<sup>a</sup> do Livramento está em partes destruída (...) não tem mais reparo contra as ondas do mar (...) O Baluarte de N<sup>a</sup> Snr<sup>a</sup> do Livramento (...) está da parte do Occidente totalmente arruinado (...) Da cortina entre o Baluarte do Livramento e o de S. Braz levou o mar mais que a metade, e pedaços de mais de 25 palmos de comprido, treze

---

<sup>7</sup> A este respeito veja-se MACEDO, Isabel. Urban heritage in Setúbal's domestic architecture, Portugal. In: CORREIA, Mariana et al., *Vernacular heritage and earthen architecture. Contributions for sustainable development*. London: CRC Press/Balkema, Taylor & Francis Group, 2014. pp. 555-560; MACEDO, Isabel. Heranças culturais estrangeiras em território costeiro. A influência holandesa nos tipos e modos arquitectónicos em Setúbal. In: COSTA, Albérico et al., *Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal* (atas). Setúbal: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, 2011. pp. 413-424.

de grosso e doze de largo, e os deitou com incrível força oito ou dez braços pella terra dentro (...)<sup>8</sup>

Grande parte da muralha acabou por vir a ser reparada e reedificada, sobretudo nas estruturas cuja função defensiva ainda era fundamental, como os baluartes e cortinas a sul. A própria vila, ao contrário do que se passou na capital, não pôde esperar pela elaboração de planos ou projetos, e tratou de se reerguer, da forma mais rápida que conseguiu, mantendo a maioria das traças e tipologias arquitectónicas. Não obstante, face à destruição de habitações, os anos seguintes viram as muralhas, ou que delas havia resistido, e sobretudo a norte, servir de suporte a inúmeras barracas, situação que contribuiu para o progressivo desaparecimento do seu traçado na malha da cidade.

As Muralhas de Setúbal constam de dous recintos. O primeiro e o mais antigo consistia em pequenas torres ligadas por cortinas e acha-se quase na totalidade convertido em propriedades por terem sobre as muralhas sido construídas cazas de habitação e haverem provavelmente sido dadas, vendidas ou aforadas tanto as muralhas como os terrenos que pertenciam à fortificação. (...) (No recinto exterior) Sobre algumas cortinas e em alguns baluartes se acham edificadas cazas de habitação e não sabemos se foi com autorização do Governo ou sem ella. A muralha do recinto abaluartado está cortada em diferentes pontos para estabelecer as comunicações para o exterior da Praça. Do lado porém do rio Sado está ao Nascente demolida uma porção de muralha de que apenas se conservam vestígios e ao Poente foram vendidos pelo Governo o baluarte de S. Braz e uma porção de cortina, sendo a pedra da demolição empregada na construção de uma docka que pertence hoje a João Esteves de Carvalho.<sup>9</sup>

Quase um século após o terramoto de 1755, uma descrição sobre o reconhecimento das muralhas, vem revelar que “as Obras exteriores que se lhe ajuntarão [à cintura amuralhada], se podem considerar actualmente como Obras não existentes para a defeza da mesma Villa, porque se encontram todas ocupadas por Cazas, Quintas, Jardins (...)”<sup>10</sup>

Desta época, assume especial relevância a *Planta do lado da parte do mar na Villa de Setúbal*, datada de 1793 (Fig. 8), não só pela informação que nos fornece de determinados aspectos específicos desta frente ribeirinha, mas pelo projeto que apresenta, não concretizado, de uma doca ou caldeira a construir entre os baluartes da Conceição e do Livramento, com a finalidade de de abrigar pequenas embarcações – muito expostas aos ventos, uma vez que tal infraestrutura faltava ao porto da vila.<sup>11</sup> Efetivamente, o porto de Setúbal apresentava-se muito deficiente no que se refere a infraestruturas de apoio às embarcações mais pequenas, e, só no século seguinte, se vem a construir uma pequena doca de reduzida capacidade, e sobre a qual daremos conta mais à frente.

De notar que este levantamento de Diogo Correia da Motta serviu também para identificar as barracas que se haviam construído junto à muralha, e sobre as quais havia a preocupação de, rapidamente, mandar demolir, por forma a repor a integridade do sistema defensivo da vila.

## 5. Setúbal burguesa: século XIX, os aterros e a industrialização

Na primeira metade do século XIX Setúbal serve de cenário a importantes acontecimentos político-militares que marcaram a História do país no âmbito do episódio das invasões francesas. O quartel general das

---

<sup>8</sup> (1761). PT/AHM/DIV/1/06/27/67

<sup>9</sup> (1868) PT/AHM/DIV/3/09/49/31. A “docka” aqui referida corresponde à Doca Delpeut, sobre a qual falaremos à frente neste texto.

<sup>10</sup> (1831) PT/AHM/DIV/3/09/49/11

<sup>11</sup> A planta constante da Biblioteca Pública Municipal do Porto encontra-se assinada por Diogo Correia da Motta, mas segundo o Eng. Adolpho Loureiro, na sua análise ao porto de Setúbal (LOUREIRO, 1904), o projeto da “caldeira” era da autoria de João Gabriel Chermont, o qual, efetivamente, assinava os projetos (três versões) para o cais da vila (no baluarte da Conceição), que se pretendia reconstruir. Os desenhos do projeto para o cais também se encontram arquivados na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

tropas napoleónicas é aqui estabelecido, tornando a ainda vila, ainda que por um curtíssimo período, na “capital do principado de Godoy” (COSTA, 2011, p. 95).

Urbanisticamente, porém, os acontecimentos dos primeiros anos do século não têm qualquer significado, atendendo ao extenso desenvolvimento que Setúbal vai conhecer ao longo da centúria. A *Planta da Villa de Setuval*, levantada em 1804 por Maximiano Jozé da Serra (Fig. 9), mostra-nos ainda uma mancha urbana completamente confinada ao interior da muralha seiscentista – para uma população que, nesta época, pouco ultrapassava os 15 000 habitantes - e, não obstante a sua vocação para as atividades ligadas ao mar e ao rio, uma grande dependência da vila no seu extenso entorno rural.

Esta planta:

é uma espécie de cadastro, na qual se distinguem os terrenos que, por serem valiosos, deviam ter novos empraçamentos daqueles que não causavam prejuízo à fazenda pública ou ainda dos que se podiam aforar ou que deviam pagar foros. Ao ser impressa, em data desconhecida e a preto e branco, foram-lhe, no entanto, suprimidas estas últimas informações. Sobre a versão manuscrita, aqui mostrada, alguém acrescentou anotações a lápis, bem como desenhou, a tinta preta, prováveis obras que se delineavam nas muralhas externas. (DIAS, 2008, p.79)

A observação atenta deste valioso recurso fornece-nos inúmeras informações, que, complementadas com a historiografia local, nos permitem delinear algumas transformações pontuais no âmbito da evolução urbanística de Setúbal. No limite sul da Praça do Sapal (atual Praça do Bocage), por exemplo, encostado ao pano de muralhas, implantava-se ainda o vasto Paço do Duque, que havia pertencido a D. Jorge, Duque de Coimbra, e que incluía um picadeiro. Este edifício resultava da junção de várias casas encostadas a esse troço de muralha, e ocupava a área desde o edifício do extinto Governo Civil de Setúbal (anterior Hotel Escoveiro) até à Igreja de S. Julião, encerrando a passagem para os terrenos ribeirinhos.

Aquele troço de muralha que encerrava a Praça do Sapal a sul manter-se-ia até ao século XIX, mais precisamente ao ano de 1835, altura em que, através de uma portaria de 31 de Dezembro desse ano, o terreno do picadeiro do paço foi cedido ao município para a realização de obras de ampliação da Praça do Sapal, e abertura do pano de muralha que a separava do rio Sado.<sup>12</sup>

O ano de 1834, data da planta desenhada pelo Tenente Caetano Alberto Maia (Fig. 10), marca o fim da guerra civil, o fim de um regime absolutista e o início de uma política liberalista. Muito influenciada pelos ideais incutidos pela revolução francesa, a política liberal têm como base esses valores, defendendo a igualdade dos cidadãos perante a lei, o direito ao voto e a defesa da liberdade individual. A nobreza e o clero perdem o seu lugar privilegiado que tinham no governo Miguelista, dando protagonismo à burguesia e ao povo.

Ainda no quadro da guerra civil que dilacerou o país entre 1828 e 1834, Setúbal fica marcada por confrontos violentos ocorridos em 1832 no Campo do Bomfim, entre as milícias leais a D. Miguel e as tropas liberais lideradas pelo Duque da Terceira, que acabara de expulsar os voluntários realistas da vila. Um ano mais tarde as tropas antiliberais tentam novamente reocupar a vila, mas, derrotadas, são obrigadas a retirar-se para Alcácer do Sal (COSTA, 2011, pp. 95-96).

Do ponto de vista do seu efeito no desenvolvimento da vila sadina, a política liberal traduziu-se na transferência da propriedade religiosa para a nova classe burguesa ligada às atividades económicas, levando a que muitas das construções originais fossem desvirtuadas, por serem convertidas em fábricas, teatros ou casas particulares. As medidas de regeneração propostas por Fontes Pereira de Melo e que se traduziam na modernização das infraestruturas e comunicações, fizeram com que a Vila de Setúbal se

---

<sup>12</sup> As muralhas medievais, atualmente com raros troços existentes, viram a sua destruição iniciada desde cedo, uma vez que, com o desenvolvimento e ampliação dos limites urbanos, eram vistas mais como um obstáculo do que como uma memória histórica das origens do aglomerado. Refere Alberto Pimentel (1877, p.276) que «nas muralhas da antiga fortificação havia alguns arcos ou postigos de pequenas dimensões, pelos quaes estavam em comunicação com a rua da Praia, e locaes de embarque, diversas ruas interiores, onde era necessária authorisação do governo, a municipalidade fez demolir a parte superior dos arcos e alargar as entradas das ruas, que eram atravancadas por elles, conseguindo d'este modo um apreciável aformoseamento e um importante melhoramento sob o ponto de vista hygienico.»

ligasse à rede ferroviária nacional, que fosse criada uma carreira diária de vapores entre a vila e Alcácer do Sal, e que as principais artérias passassem a ser iluminadas a gás.

Num período de maior acalmia política e de menor necessidade da proteção dos perímetros amuralhados, a margem do sado começou a ganhar expressão como via de comunicação na urbe. A rua da Praia, o vasto areal a sul da vila (que corresponde à atual Avenida Luísa Todí) foi ao longo dos anos, alvo de sucessivas terraplanagens, pavimentação e arranjos paisagísticos.

A rua da Praia (...) foi assim denominada no anno de 1865, por occasião dos novos nomes dados a praças e ruas, ficando por conseguinte fazendo parte da referida rua, todos os sítios da mesma praia, que até então tinham diferentes denominações<sup>13</sup>. [a Rua da Praia corresponderia ao] (...) espaço de terreno que corre de nascente a poente, ou dos sítios dos fornos de cal até ao do penedo, e por parte da margem direita do Sado. Este espaço chamava-se geralmente praia e em especial – praia das Fontainhas, desde os fornos de cal até aos cães da Conceição; praia da villa, desde o referido cães até ao que se denomina novo; e praia do troino, o que segue do cães novo até ao penedo. Mas a praia ainda se subdividia, e tinha outras denominações especiais, como partindo do nascente – praia das Fontainhas, praia da porta do sol, praia do cães, praia da alfândega, praia da ribeira, praia da madeira (no Largo do Carmo), praia d'annunciada, praia do Seixal ou dos servilhas, e praia do penedo.<sup>14</sup>

Funcionalmente, a praia era até então, o território onde se desenvolviam as atividades ligadas ao rio, onde se faziam as trocas comerciais e onde se desenvolvia a pesca. O novo aterro traz à frente ribeirinha e à urbe novas atividades, mais lúdico/culturais, maioritariamente ligadas ao entretenimento da burguesia da época. A vila enchia-se de locais, mas também de visitantes, uma vez que Setúbal era um dos destinos mais concorridos para a prática da vilegiatura climática e marítima (PINHO, 2010).

As águas do Sado eram então límpidas até às suas margens. Os arredores eram, como ainda o são, lindíssimos, cativantes. (...) O perfume dos laranjais era intenso, até na vila, como o declara José Joaquim Banha no seu Curioso de Setúbal. Organizavam-se passeios à Arrábida, a Palmela, Azeitão, Quinta do Anjo. Quintas senhoriais recebiam os visitantes, com festas enternecedoras de familiaridade, o que fazia esquecer as deficiências da terra e até os seus maiores defeitos, como o das regueiras, carroça dos despejos, água vai, etc. No velho teatro Bocage, companhias de Lisboa, como Tabora, António Pedro, Emília das Neves, Rosa (pai), davam os seus esplêndidos espectáculos. Executavam-se belos concertos de banda no Jardim do Bonfim, pela Sociedade Permanente, composta de distintos amadores de música. Bailes variados, desde os do campo, no à vontade familiar, até aos da maior etiqueta nos salões das primeiras famílias setubalenses. O tempo passava agradável num ambiente de cordialidade franca, aberta, sem reboços e era isso o que trazia a Setúbal algumas centenas de banhistas das mais distantes localidades e categorias.<sup>15</sup>

Relativamente à zona ribeirinha, enquanto a nascente da Ribeira do Livramento e o baluarte do Cais se avançava de forma decidida com a construção e arborização daquela que viria a ser a artéria mais sonante de Setúbal, a poente continuavam a estender-se as redes dos pescadores, tendo sido mais lenta a transformação deste espaço de trabalho em espaço de lazer<sup>16</sup>. Assim se foi construindo o “bonito passeio público” de Setúbal, referido por Ramalho Ortigão (1806, p.109), e que deu lugar àquela que em 1895 viria a ser a mais conhecida via de Setúbal: a avenida Luísa Todí. Era nesta via, que a par do passeio do Bonfim e da rua Nova da Conceição (atual avenida 5 de Outubro), se passeava a burguesia da época. Nesta última, vem a processar-se uma importante transformação urbanística, já avançada a segunda metade de

<sup>13</sup> ADS. Fundo Almeida Carvalho. 7/183, f18

<sup>14</sup> ADS. Fundo Almeida Carvalho. 7/183, f11 e 2. O autor referencia fonte: *Liv. Foral(?) da Tabola de Setúbal. P.71v e 75v. Arch. Nac. Torre do Tombo*

<sup>15</sup> Arronches Junqueiro, *Setúbal no meado do século XIX*. (documento dactilografado). Quinta da Laje, Setúbal. 1936

<sup>16</sup> A Secção entre a ponte do Livramento e o quartel do Cais, foi mandada calcetar e terraplanar quando Jacomo Maria Ferro era Presidente da Camara, nos anos de 1848 e 1849. Posteriormente, foi arborizada desde as Fontainhas à Saboaria, por determinação das vereações presididas pelo Dr. António Rodrigues Manitto, que também dinamizaram o nivelamento e o embelezamento da rua da Praia, entre o forte do Livramento e o largo de Nossa Senhora da Anunciada. (QUINTAS, 2003:63).

oitocentos, através do loteamento e ocupação de terrenos que sobravam entre as duas cinturas de muralhas, nos quais se construíram grandes moradias burguesas, mas tipologicamente distintas das que, no início do século XX, caracterizam a expansão de novos bairros da cidade (Bairro salgado).

Para além destas zonas de permanência e ócio, na década de 70 de oitocentos, mandou-se construir também na nova zona de expansão da cidade ganha ao mar, um outro passeio, denominado Passeio do Lago, que fazia as delícias da burguesia da época e acolhia os visitantes, portugueses e estrangeiros, que vinham a Setúbal para a prática da vilegiatura marítima, e se dirigiam à praia do Seixal, onde se situava o estabelecimento de banhos projetado pelo arquiteto Miguel Ventura Terra (PINHO, 2010).

A planta de 1903, assinada por Luís Lança (Fig. 14), mostra já a avenida Luisa Todí plenamente estruturada, quase totalmente arborizada, e o início da construção dos edifícios que compõe a sua vertente sul. A poente do passeio do Lago encontramos a fábrica do gás (de onde provinha o combustível para parte da iluminação pública) e a nascente, entre o dito passeio e o baluarte do livramento, a doca *Delpeut*. Apesar de descoberta uma nova potencialidade do rio – direcionada para a prática da vilegiatura marítima – e de Setúbal estar a criar infraestruturas para desenvolver uma economia baseada no turismo terapêutico e na prática do veraneio, havia uma tradição secular de pesca e de exploração dos recursos marinhos que não foi naturalmente esquecida. O novo aterro, o advento da industrialização e uma burguesia empreendedora e tecnologicamente avançada, abriu portas a que se construíssem fábricas de conservas de peixe. E o local ideal para o fazer foi obviamente junto ao rio, no novo aterro: o peixe chegaria diretamente às fábricas e os esgotos seriam deitados para o mar, poluindo as águas límpidas e com qualidades terapêuticas, referidas por Ramalho Ortigão e Arronches Junqueiro. A nova cidade quase mono-industrial, sobrepõe-se à vila lúdica. Chegam a existir mais de cem fábricas, que atraíram novos habitantes, tornando este período num dos de maior expansão demográfica. Os problemas sociais decorrentes desta explosão industrial, levaram à criação de grêmios e sindicatos dos trabalhadores, e a convulsões sociais graves, criando um clima de instabilidade, aniquilando qualquer esperança de convivência pacífica entre a indústria e o turismo balnear.

## 6. O século XX e os novos desígnios urbanísticos

No início do século XX, o Município ordena a execução de um plano para a zona do porto. São feitos estudos e levantamentos, mas o projeto final e a responsabilidade da obra é passada para o Estado. A necessidade de criação de um organismo próprio para a grande tarefa das obras do porto justifica, em 1923, a fundação da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado. No entanto, só em 1930 se adjudicaram e iniciaram as grandes obras de ampliação do porto.<sup>17</sup>

O Engenheiro Cid Perestrelo é o responsável pelo primeiro projeto (Fig. 12), que se materializou entre 1930 e 1934, e que consistiu na extensão e regularização do aterro da margem direita, em toda a extensão da antiga praia. Os taludes foram empedrados e prolongou-se a cobertura da Ribeira do Livramento, culminando no aterro da antiga Doca Delpeut. Em sua substituição são construídas três docas com funções específicas: apoio à pesca, ao recreio e ao comércio. Nas décadas seguintes o porto continuou a ser alvo de outras obras e melhoramentos, como a construção de edifícios de apoio, ajardinamentos e construção de infraestruturas públicas. O Cais Comercial só veio a ser construído em 1966.

Nos primeiros cinquenta anos do século XX, a população de Setúbal duplicou, superando os 50.000 habitantes em 1950. O grande fluxo demográfico, incentivado sobretudo pela oferta de emprego na indústria conserveira, era essencialmente formado por uma população com reduzido poder de compra e, como tal, consumidora de alojamentos de má qualidade. Alojaram-se, numa primeira fase nas zonas mais pobres da cidade, como o bairro de Troino, e em construções precárias que, progressivamente se foram edificando nos quintais e logradouros.

Regista-se também a ocupação de áreas consideráveis da periferia da cidade, regra geral zonas de quintas, com bairros de barracas, tanto a nascente como a poente do núcleo antigo.

Estes bairros, referidos muitas vezes como os *bairros da folha*, em referência à folha de flandres com que eram feitas as coberturas destas construções precárias, tornaram-se uma atividade atrativa para os

<sup>17</sup> Disponível em [www.portodesetubal.pt/historia\\_do\\_porto.htm](http://www.portodesetubal.pt/historia_do_porto.htm) (consultado a 29.09.2015).

especuladores, que as construíam e posteriormente as alugavam aos mais necessitados. Um inquérito levado a cabo em 1947 pela Câmara Municipal de Setúbal veio indicar a existência de 1321 barracas, que albergavam 5049 pessoas, distribuídas por 23 bairros precários.

Em 1934 Duarte Pacheco cria a legislação necessária para despoletar a criação de uma “nova” imagem urbana nas cidades portuguesas que se identificasse com o regime vigente ao instituir, através do Decreto-Lei n.º 24802, a figura do Plano Geral de Urbanização. Este novo instrumento, que vinha substituir o Plano Geral de Melhoramentos de 1865, conferia aos municípios plenos poderes para assumirem a transformação do seu território como agentes ativos e intervenientes.

Nos termos deste diploma, os planos deveriam incidir não só sobre as zonas já edificadas, reordenando-as, mas também configurar as zonas a urbanizar, “no interior ou na periferia das localidades” e definir as vias de comunicação das redes primária, secundária e de ligação às áreas turísticas de lazer.

O Município de Setúbal conclui o seu Plano Geral de Urbanização (PGU) em 1944 sob a orientação exclusiva do arquiteto João Aguiar - por indicação do Ministério da Obras Públicas - mas com recurso ao apoio de um grupo de desenhadores municipais (RAMINHAS, 2009, p. 97).

A execução do PGU de Setúbal desenvolve-se num enquadramento urbano e social delicado, marcado pela estagnação económica iniciada nos anos 30 com a crise nas indústrias de conserva de peixe. Alterado em 1947, é sujeito a sucessivas revisões, nomeadamente em 1955, 1962 e, finalmente, em 1972, sobretudo por via da necessidade de atualização da planta da cidade após as sucessivas urbanizações que vão sendo construídas. Sempre sob a mesma autoria, as versões posteriores mantêm as linhas mestras e a filosofia que sustentaram a proposta inicial.

Propunha-se o plano, em linhas genéricas, orientar o desenvolvimento da cidade, resolver as comunicações interurbanas e intraurbanas entre as novas zonas urbanizadas e a cidade existente, localizar novas zonas residenciais e ampliar a zona industrial existente, fixar novas zonas “oficiais” - que oferecessem o enquadramento digno à localização de edifícios públicos - e regularizar as existentes, criar vastas áreas de espaços verdes públicos e a instalação de grandes equipamentos desportivos (enquadrados na filosofia higienista de incentivo à prática desportiva com que Aguiar se identifica) e “sanear vários núcleos urbanos e valorizar os edifícios existentes, que por seu valor natural ou funcional, o mereçam”<sup>18</sup>. O plano contemplava a delimitação de zonas entendidas como precárias, as quais compreendiam não só os bairros efetivamente precários (periféricos) mas também uma vasta área do centro antigo da cidade, considerado insalubre, onde se previam verdadeiras operações de renovação urbana.

Com o intuito de estabelecer um programa habitacional, a população de Setúbal, que se contabiliza nesta altura em 39.000 habitantes, vê-se discriminada entre os que devem ocupar as zonas económicas – pescadores, operários da indústria de conservas e operários de outras indústrias –, que totalizavam a grande maioria (“35.000 indivíduos”) e os restantes, com maior poder económico. Na memória descritiva e justificativa que acompanha a primeira versão do plano, no capítulo dedicado à habitação, refere-se que “duma maneira geral as condições higiénicas são más”. Justificava esta afirmação descrevendo:

(...) encontram-se cavalariças, cocheiras, oficinas de ferradores, etc., instaladas nos primeiros pisos dos edifícios, sem condições higiénicas de qualquer natureza. Existem também, junto aos núcleos residenciais mais populosos, fábricas de conserva, estivas, garagens, etc., incomodando os seus habitantes com ruídos, cheiros, fumos, etc. (...) As habitações, dum modo geral, não têm instalações sanitárias, e aquelas que as possuem são más. (...) Os veículos transportadores de dejectos são acompanhados por nuvens de moscas que se vão fixando pelas ruas da cidade (...) na zona da cidade mais densamente habitada, a que se encontra a Norte da Av. Luísa Todi, os lotes de construção não têm, em geral, logradouros privativos. As construções que limitam os lotes são antigas e em mau estado de conservação, muitas em estado de ruína. Não é possível, em quasi todas elas, quaisquer transformações que as coloquem em condições de salubridade modernamente exigidas. (..)

Se o PGU de João Aguiar norteou as primeiras transformações urbanísticas dos meados do século XX, e serviu de guia à grande expansão urbana que, de uma forma pouco ordenada, marcou estas décadas até

---

<sup>18</sup> AGUIAR, João, *Propósito do Plano Geral de Urbanização*. Plano Geral de Urbanização de Setúbal. CMS, 1944.

ao início do século XXI, no que se refere à “transformação dos núcleos residenciais existentes”, nomeadamente o que atualmente entendemos como o centro histórico da cidade, o plano acabou por nunca exercer os seus intentos, quiçá, pelo advento, em boa hora, dos princípios do reconhecimento do valor do património histórico que foram, paulatinamente, sendo impregnados nas consciências dos operadores do planeamento territorial. Mas este capítulo da memória do plano, pela forma como trata uma realidade que hoje é vista de modo tão distinto, merece uma quase integral transcrição:

Os núcleos residenciais existentes modificar-se-ão, pouco a pouco, até atingirem o grau de desafogo que se preconiza para as novas zonas residenciais. Essa transformação far-se-á com a iniciativa particular e municipal e sempre de acordo com o Regulamento que é geral para a cidade. (...) [as zonas precárias, ou seja, as] condenadas pela elevada densidade populacional, pela falta de logradouros, pela acumulação de construção, (...) pela reduzida largura de arruamentos (...) não podem suportar, por esse motivo, qualquer construção (...) Estas zonas ficarão isoladas pelas novas artérias e subordinar-se-ão a um regulamento especial que prevê a sua lenta desvalorização que se dará na razão directa do seu despovoamento (...) Contribuirá para a desvalorização destas zonas a proibição de reparar, restaurar, reconstruir ou construir nas áreas que as constituem. Só serão permitidas pequenas obras de reparação nos edifícios habitados, quando essas obras não valorizem o edifício (...) Os edifícios existentes de valor histórico, arqueológico ou material importante não serão abrangidos por esta disposição.

O plano fixava um prazo máximo de 20 anos para que se procedesse a esta “lenta desvalorização”, findo o qual o município procederia à urbanização destas zonas, arrasando pré-existências, mas “sem por de parte os requisitos de ordem económica, moral e técnica”. Estas zonas a que o plano se refere encontram-se perfeitamente delimitadas na Planta de Apresentação (Fig.16), e correspondem na íntegra ao tecido urbano intramuralhas.

## Ilustrações

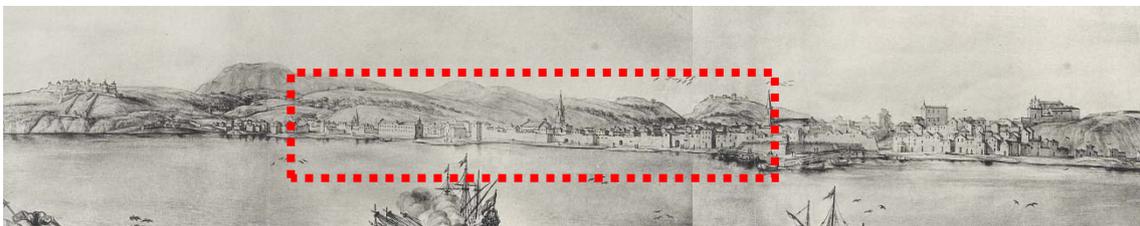


Figura 1. BALDI, Pier Maria. *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal : (1668-1669)*. Biblioteca Nacional de Portugal



Figura 2. Ortofotomapa/planta de Setúbal. Evolução do tecido urbano.



Figura 3. TERZI, Filipe ou FRATINO, GIACOMO. *Planta da Villa e Porto de Setubal*. In *Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira (...)*. 1607 A 1617. PT/TT/CCDV/29.



Figura 4. GILOT, João. *Planta da Fortificação da cidade de Setúbal*. 1642. Biblioteca Nacional de Portugal.

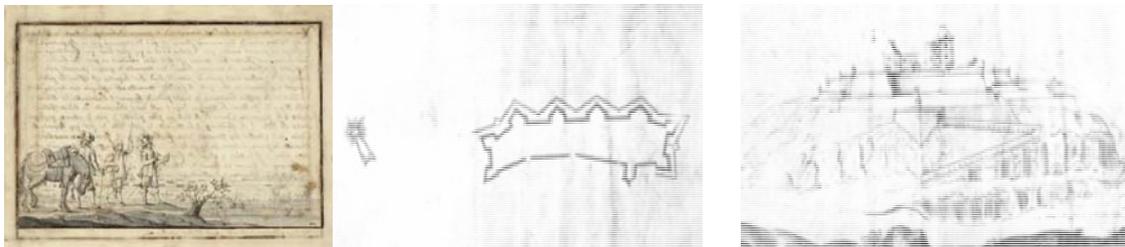


Figura 5. LANGRES, Nicolau. *Desenhos e Plantas de todas as Praças do Reyno de Portugal pelo Tenente General Nicolao de Langres francez que serviu na guerra da aclamação* [manuscrito]. 1661. Biblioteca Nacional de Portugal. <http://purl.pt/15387>

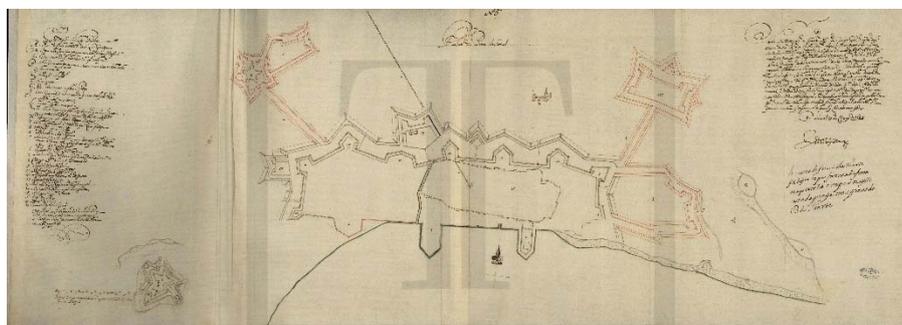


Figura 6. MOURO, João Rodrigues. *Plantas da Praça de Setuval*. In *Plantas das Fortalezas da Costa Portuguesa entre Vila Nova de Mil Fontes e as Berlengas e um mapa geral de todas*. 1693. Arquivo Nacional Torre do Tombo. PT/TT/CCDV/28.



Figura 7. BORSANO, Ambrósio. *Plantas da Praça de Setubal*. 1663. Arquivo Militar de Estocolmo.

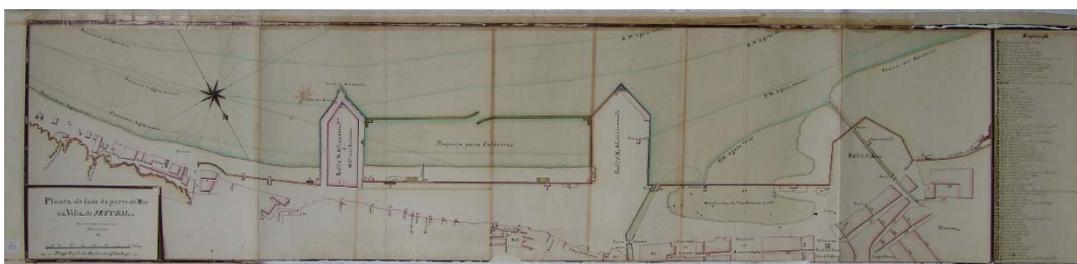


Figura 8. MOTTA, Diogo Correia da. *Planta do lado da parte do mar na Villa de Setúbal*. 1793. Biblioteca Pública Municipal do Porto.



Figura 9. SERRA, Maximiano Jozé da. *Planta da Vila de Setúbal*. 1804. Exército Português – Direção de Infraestruturas. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.

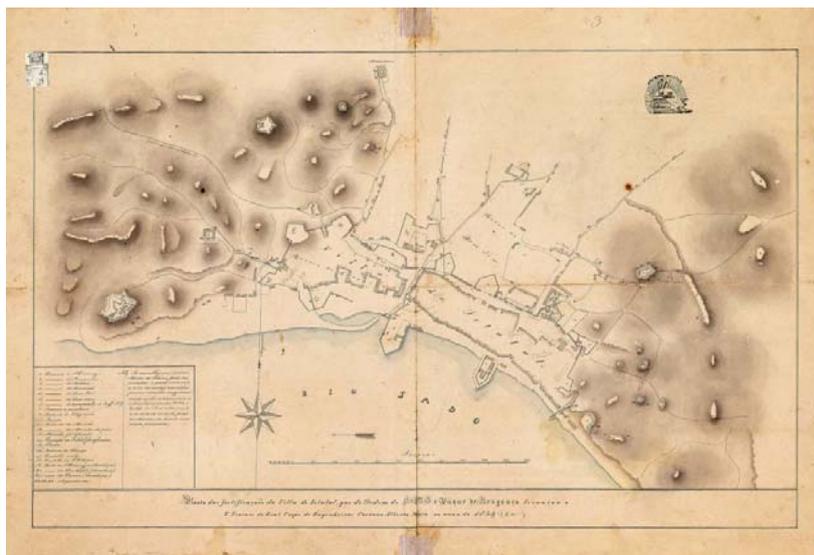


Figura 10. MAIA, Caetano Alberto. *Planta das Fortificações da Villa de Setubal*. 1834. Exército Português – Direção de Infraestruturas. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.

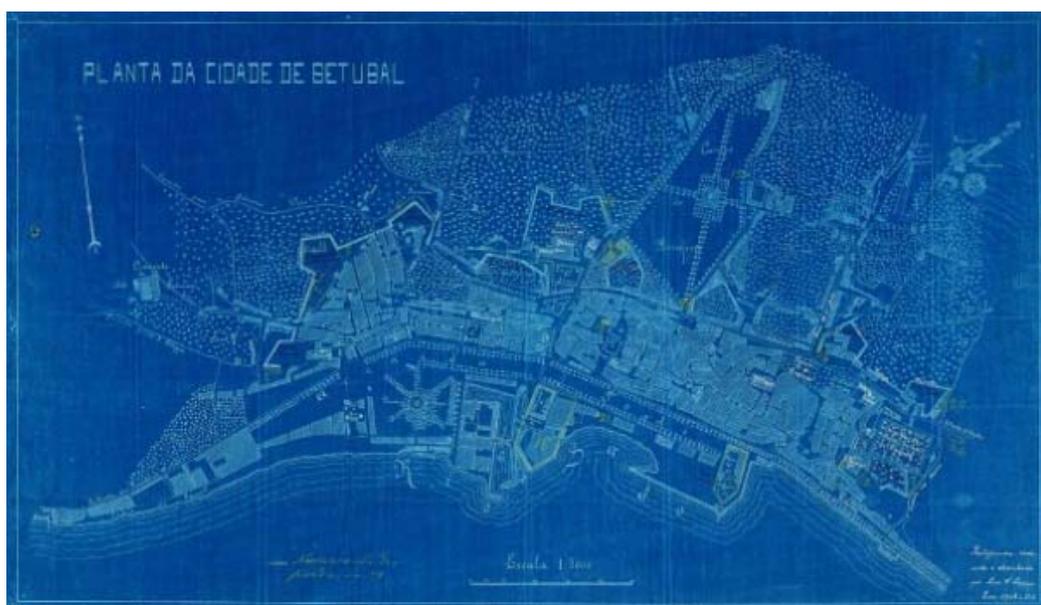


Figura 11. LANÇA, Luís. *Planta da Cidade de Setubal*. 1903. Exército Português – Direção de Infraestruturas. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.

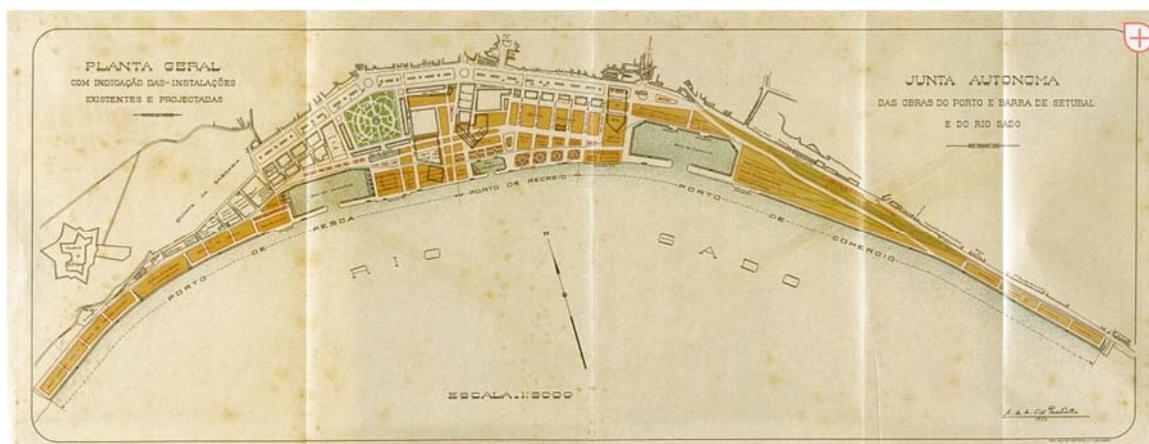


Figura 12. PERESTRELLO, Cid. *Planta Geral com indicação das instalações existentes e projetadas*. In *Notícias das Obras da barra de Setúbal*. 1933.

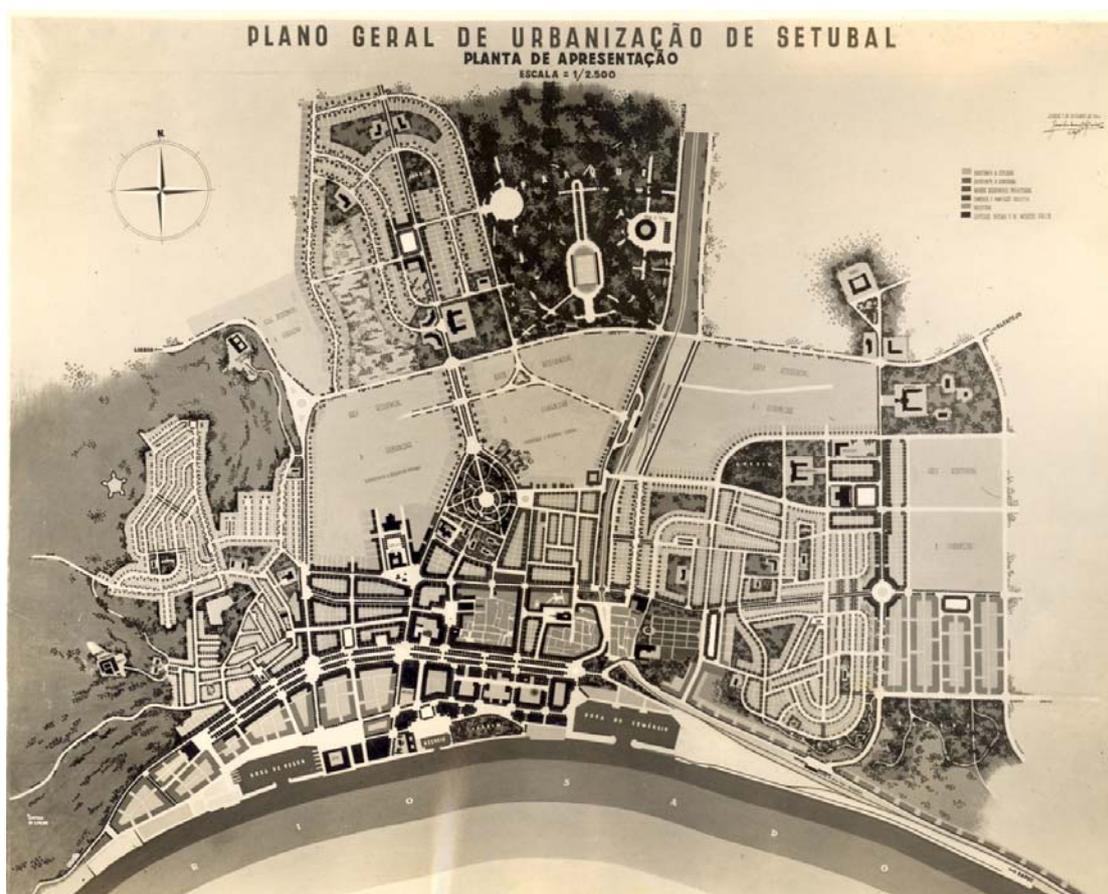


Figura 13. AGUIAR, João. *Plano Geral de Urbanização de Setúbal. Planta de Apresentação*. 1944.

### Referências bibliográficas

- CARITA, Rui. O ensino das matemáticas nos Colégios Jesuítas de Portugal e a sua passagem ao Ensino da Fortificação. In *7º Seminário Internacional sobre Arquitetura Militar de Almeida. Territórios, Raias e Fronteiras – Sistemas de Fortificação*. Almeida, 2013.
- CLARO, Rogério Peres. *Setúbal após o terramoto de 1755. As informações paroquiais de 1758*. Setúbal: Centro de estudos Bocageanos, 2011.
- COSTA, Albérico. *História e Cronologia de Setúbal*. Setúbal: Estuário e Instituto Politécnico de Setúbal, 2011.
- DIAS, Maria Helena, *Portugaliae Civitates. Perspectivas cartográficas militares*. Lisboa: Instituto geográfico do Exército, 2008, p. 79.
- MACEDO, Isabel Pratas Sousa de. Heranças culturais estrangeiras em território costeiro. A influência holandesa nos tipos e modos arquitectónicos em Setúbal. In: COSTA, Albérico et al., *Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal* (atas). Setúbal: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, 2011. pp. 413-424.
- MACEDO, Isabel Pratas Sousa de. Urban heritage in Setúbal's domestic architecture, Portugal. In: CORREIA, Mariana et al., *Vernacular heritage and earthen architecture. Contributions for sustainable development*. London: CRC Press/Balkema, Taylor & Francis Group, 2014. pp. 555-560
- MATTOS, Gastão de Mello e. *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*. Lisboa: Publicações da Comissão de história Militar, 1941.
- PEREIRA, Fernando António B., A mais antiga planta de Setúbal, In VV.AA.. Actas do 1º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal. Setúbal: 1988. p. 145-149.
- PINHO, Inês Gato de. *Vilegiatura marítima em Setúbal. Do século XIX ao início do século XX*. Setúbal: Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão (LASA), 2010.
- PINHO, Inês Gato de. *De colégio de S. Francisco Xavier a Palácio Fryxell. História e análise arquitectónica*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, 2013.
- PORTOCARRERO, Gustavo, *Sistemas de defesa costeira na Arrábida durante a Idade Moderna*, Lisboa: Edições Colibri, 2003.
- QUARESMA, António Martins. *Alexandre Massai. A "Escola Italiana" de engenharia militar nolitral alentejano (séculos XVI e XVII)*. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes, 2007.
- QUARESMA, António Martins. João Rodrigues Mouro, Engenheiro militar oliventino em Setúbal. In *Revista de Estudos Extremeños*, Tomo LXVI, Número 1. 2010. pp. 195-238.
- QUINTAS, Maria da Conceição. *Porto de Setúbal, um actor de desenvolvimento: história de um passado com futuro*, Lisboa, APSS, 2003.
- RAMINHAS, Vasco. *Planeamento e Gestão Urbanística na cidade de Setúbal no period 1944-2004*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Urbanística e Gestão do Território. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, 2009.
- TAVARES DA SILVA, Carlos et al. Pré-existências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Francisco Augusto Flamengo. *Musa*. Vol.3. Setúbal: FIDS & MAEDS.

